

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



## DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /  
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 20 de maio de 2021

02 Páginas / Ano 5 / Edição nº 441



## LEIS

### LEI nº. 2856/2021

EMENTA: Revoga a Lei Municipal nº. 2849/2021 e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariá aprovou e eu, Prefeita Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulga em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica revogada em sua integralidade a Lei Municipal nº. 2849/2021.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 20 de maio de 2021.

ALCIONE LEMOS  
Prefeita Municipal



## DECRETOS

### DECRETO nº. 378/2021

Súmula: Nomeia a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho – Estágio Probatório.

A Prefeita do Município de Jaguariá, Estado do Paraná, Senhora **ALCIONE LEMOS**, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica Municipal, art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/10 e art. 16 do Decreto nº. 185/2011, a ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 04050/2021,

#### DECRETA

Artigo 1º. **NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – ESTÁGIO PROBATÓRIO**, para organizar e realizar a avaliação da aptidão e capacidade para o desempenho do cargo dos servidores sujeitos ao Estágio Probatório.

Artigo 2º. A presente Comissão será soberana e responsável por dirimir qualquer situação de avaliação em relação a:

- I. Assiduidade;
- II. Disciplina;
- III. Capacidade de Iniciativa;
- IV. Produtividade;
- V. Responsabilidade;
- VI. Pontualidade;
- VII. Eficiência.

Artigo 3º. Fica a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho – Estágio Probatório, assim composta:

- **Como Presidente:**
  - o **JOSIAS ZACHAROW PEDROSO**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.672-9 IIPR/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXXX.XXX.799-49.
- **Como Membros:**
  - o **ALINE MIRANDA DIAS**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.974-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXX.XXX.958-09.
  - o **CAREN PRISCILA PULQUEIRO ALVES**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Professora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.1151-1 IIPR/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXX.XXX.279-70.
  - o **KETLIN SILVA OLIVEIRA**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.728-8 SESP/PR e inscrita no CPE/MF sob nº. XXXX.XXX.889-26.
  - o **PATRICIA DE SOUZA SETTER**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.766-2 SESP/RS e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXX.XXX.710-20.
  - o **ROSANA ARAUJO LOPES**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Jornalista, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.806-1 IIPR/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXX.XXX.279-80.
  - o **ROZILDA DA SILVA XAVIER SANTOS**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.404-9 IIPR/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXX.XXX.469-79.
- **Como Suplentes:**
  - o **ANA CLAUDIA KLOSOWSKI WORUBY**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.605-5 IIPR/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXX.XXX.149-29.
  - o **JULIANE CRISTINA TRAMONTIM DE SOUZA**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.068-5 IIPR/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXX.XXX.579-55.

Artigo 4º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 5º. Fica Revogado o Decreto nº. 820/2017, datado de 26 de novembro de 2017.

Artigo 6º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 7º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete da Prefeita, 19 de maio de 2021.

ALCIONE LEMOS  
Prefeita Municipal

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

BRUNA SILVA MIRANDA  
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento

TANIA MARISTELA MUNHOZ  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

### DECRETO nº. 379/2021

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 2.770.000,00** (dois milhões e setecentos e setenta mil reais).

A Prefeita de Jaguariá, Estado do Paraná, **Alcione Lemos**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e art. 7º, §2º, inciso I, da Lei Municipal nº. 2.851/2020,

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariá, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 2.770.000,00** (dois milhões e setecentos e setenta mil reais para as seguintes dotações orçamentárias:

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SMECE		
10.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
2.044 - Manutenção da Educação Infantil		
169 3.3.90.32.00.00.00.00 (103) Material de Distribuição Gratuita		200.000,00
169 3.3.90.32.00.00.00.00 (104) Material de Distribuição Gratuita		100.000,00
170 3.3.90.39.00.00.00.00 (102) Serviços Terceiro Pessoa Jurídica		250.000,00
170 3.3.90.39.00.00.00.00 (104) Serviços Terceiro Pessoa Jurídica		70.000,00
10.03 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL		
2.043 Manutenção do Ensino Fundamental		
180 3.3.90.32.00.00.00.00 (103) Material de Distribuição Gratuita		400.000,00
169 3.3.90.32.00.00.00.00 (104) Material de Distribuição Gratuita		200.000,00
182 3.3.90.39.00.00.00.00 (102) Serviços Terceiro Pessoa Jurídica		550.000,00
184 4.4.90.52.00.00.00.00 (104) Equipamento e Material Permanente		1.000.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior será utilizado recursos.

**L. Orçamentos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício Financeiro de 2020:**

Fonte	Descrição	Valor
103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	600.000,00
104	Demais Impostos vinculados à Educação Básica	1.370.000,00
102	FUNDEB 60%	800.000,00

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2660 de 28 de julho de 2017 (PPA 2018 - 2021).

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete da Prefeita, 20 de maio de 2021.

ALCIONE LEMOS  
Prefeita Municipal

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

BRUNA SILVA MIRANDA  
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento

### DECRETO nº. 367/2021

SÚMULA: Regulamenta nos termos da Lei Municipal nº. 2608/2016 a autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal em promover Campanha Incentivadora à Arrecadação do IPTU e ISSQN, com a aquisição e doação de prêmios referente ao ano Exercício de 2021 e às outras providências.

A Prefeita Municipal de Jaguariá, Estado do Paraná, Senhora **ALCIONE LEMOS**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67 incisos X e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2608/2016, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 01851/2021,

#### DECRETA

Artigo 1º. Nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº. 2608/2016, bem como Anexo I desta respectiva Lei e de acordo com a Lei Federal nº. 57668/71 e artigo 20 do Decreto Federal nº. 70.951/72, fica autorizado a abertura da Campanha Incentivadora ao Pagamento Pontual em nota única ou parcelada do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do ano de 2021.

Artigo 2º. A Campanha a que se refere o artigo anterior, nos termos do artigo 2º, da supracitada Lei Municipal, terá como incentivo fiscal aos seus ganhadores os seguintes bens:

- I. 01 (um) Veículo Automotor - 0 km;
- II. 01 (uma) Motocicleta 125 cc - 0 km;
- III. 01 (um) Televisor Smart 42";
- IV. 01 (um) Televisor Smart 42";
- V. 01 (um) Televisor Smart 42";
- VI. 01 (um) Televisor Smart 42";
- VII. 01 (um) Televisor Smart 42".

Artigo 3º. Nos termos do artigo 3º, e seus parágrafos da respectiva Lei Municipal, os ganhadores em ordem de colocação, serão identificados mediante sorteio que ocorrerá em Praça Pública, enquanto as festividades do evento promovido pela Administração Pública Municipal "Natal para todos" no dia 21/12/2021.

Artigo 4º. Em consonância ao disposto no §2º, do artigo 3º, da Lei Municipal, somente estão passíveis de concorrer ao sorteio de prêmios os contribuintes que efetuarem o pagamento dos respectivos tributos em nota única e aos que optarem pelo parcelamento, respeitarem as regras do parcelamento não lhes sendo admitido o pagamento em atraso das lâminas, situação em que, serão automaticamente desligados do programa de incentivo fiscal.

§1º. Na eventualidade do ganhador de qualquer um dos prêmios mencionados no artigo 2º, da Lei Municipal nº. 2608/2016 e reprints nos

incisos do artigo 2º, deste Decreto não terem efetuado o pagamento até a data do vencimento previsto na lâmina, não terá direito ao recebimento do prêmio, sendo automaticamente considerando desligado do Programa de Incentivos Fiscais, procedendo-se a novo sorteio nos moldes da Legislação Municipal e no que couber deste Decreto.

§2º. Em mesmo sentido não serão considerados participantes do Programa os contribuintes que tiverem débitos com a Fazenda Pública Municipal anteriores à publicação deste Decreto executados pelo Poder Público ou não.

§3º. Aplica-se no que couber às regras contidas neste artigo, o disposto no artigo 11 da Lei Municipal nº. 2608/2016.

Artigo 5º. Em decorrência de procedimento de doação direta dos Prêmios havidos neste Programa, as Notas Fiscais dos bens serão regularmente emitidas.

Artigo 6º. Nos termos do artigo 3º, da Lei Municipal, serão distribuídos 12.763 (doze mil, setecentos e sessenta e três) carnês de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, sendo 12.763 (doze mil, setecentos e sessenta e três) em parcela única ou em 06 (seis) parcelas totalizando 76.578 (setenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito) carnês, cabendo destacar que:

I. Para pagamento à vista o contribuinte terá direito a 04 (quatro) cupons, já para pagamento parcelado terá direito a 02 (dois) cupons.

II. Para o contribuinte que solicitar no comércio do Município de Jaguariá a Nota Fiscal Eletrônica, com valor superior a 0,5 (zero virgula cinco) UFM - Unidade Fiscal do Município, ou seja, o equivalente atualmente à R\$ 59,76 (cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos) terá direito a um cupom para concorrer aos prêmios, sendo necessário trocar sua Nota Fiscal pelo cupom junto ao Departamento de Tributação até o dia 30 de novembro de 2021.

III. Poderão concorrer aos prêmios os proprietários de imóveis que tenham sido cadastrados no sistema de tributos da Prefeitura de Jaguariá até o dia 28 de novembro de 2021.

§1º. Aplica-se no que couber às regras contidas neste artigo o disposto no artigo 10 da Lei Municipal nº. 2608/2018.

§2º. As regras de desligamento automático do Programa de Incentivo constante nos parágrafos do artigo 4º, deste Decreto, também são aplicáveis aos casos em que os carnês forem eventualmente cancelados, nos termos dos parágrafos 1º, 2º, e 3º, do artigo 6º, e *caput* do artigo 9º, ambos da Lei Municipal nº. 2608/2016.

Artigo 7º. O proprietário de veículo automotor, assim considerado no CTB - Código de Trânsito Brasileiro, que transferir o emplacamento do veículo para o município de Jaguariá/PR, após a publicação deste Decreto e até a data de 28 de novembro de 2021, terá direito a 03 (três) cupons, sendo necessário a apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV, junto ao Departamento Tributário.

Artigo 8º. Quando da entrega dos bens sorteados, o ganhador deverá estar com o carnê quitado em seu nome ou procuração reconhecida firma no Tabelião de Notas que autorize sua retirada antecipada em nome de terceiro.

Parágrafo Único. Aplica-se no que couber o contido neste artigo, o contido no *caput* dos artigos 7º, e 8º, da Lei Municipal nº. 2608/2016.

Artigo 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 12 de maio de 2021.

ALCIONE LEMOS  
Prefeita Municipal

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

BRUNA SILVA MIRANDA  
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento

TANIA MARISTELA MUNHOZ  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos  
Republicado por incorreção.

#### ANEXO

##### Regulamento da Campanha Jaguariá em Recuperação Fiscal

A promoção denominada JAGUARIAÍVA EM RECUPERAÇÃO FISCAL tem como objetivo incentivar a população de JAGUARIAÍVA a pagar em dia o IPTU, além disso, incentiva a solicitação pela população de emissão da nota fiscal do ISSQN, no valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da Unidade Fiscal do Município, sendo que este também é emitido a um cupom. O pagamento do IPTU poderá ser realizado através da seguinte forma: em nota única ou parcelada. Essa promoção será válida até 21 de dezembro de 2021, para todas as pessoas físicas e jurídicas proprietárias de áreas territoriais e/ou prediais desde que estejam regularizadas e sem débitos com o Município até 30 de novembro de 2021. Caso a área esteja em nome de terceiro, o contribuinte deverá comprovar a compra da mesma através de contrato de compra e venda ou Escritura Pública. Serão distribuídos os prêmios de acordo com o art. 2º, desta Lei. Os prêmios serão sorteados no dia 21 de dezembro de 2021 em praça pública junto com as festividades do "Natal para Todos". Os prêmios serão divididos em categorias. O sorteio será realizado da seguinte forma: primeira categoria, o objeto constante no inciso I do art. 2º da Lei (veículo automotor), segunda categoria, o objeto constante no inciso II do art. 2º da Lei (motocicleta), terceira categoria, o objeto constante no inciso III do art. 2º (televisor), quarta categoria, o objeto constante no inciso IV do art. 2º (televisor), quinta categoria, o objeto constante no inciso V do art. 2º (televisor), sexta categoria, o objeto constante no inciso VI do art. 2º (televisor) e sétima categoria, o objeto constante no inciso VII do art. 2º (televisor). Resolva-se que o mesmo contribuinte não poderá ganhar mais de um prêmio por categoria. Serão considerados para fins de sorteio todos os pagamentos efetuados em dia. O pagamento realizado em quota única dará direito ao contribuinte a 04 (quatro) cupons identificados pela cor verde e os pagamentos que forem efetuados de forma parcelada, dará direito 02 (dois) cupons identificados pela cor amarela, os quais serão emitidos e acompanhados o talão de IPTU. Para o contribuinte que solicitar no comércio do Município de Jaguariá a nota fiscal eletrônica de serviço, com valor superior a 0,5 UFM, ou seja, o equivalente atualmente a R\$ 59,76 (cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos) terá direito a 01 (um) cupom para concorrer aos prêmios, sendo necessário trocar sua nota fiscal pelo cupom junto ao Departamento de Tributação o qual será identificado pela cor cinza. Nos mesmos moldes, o Contribuinte que for proprietário de veículo automotor, assim considerado nos termos do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, que efetuar a transferência dos registros desse bem para o Município de Jaguariá-PR no presente ano, até a data limite de 30 de novembro fará jus a 03 (três) cupons identificados na cor cinza, podendo estes serem cumulativos nos termos do presente Decreto. É terminantemente proibido o preenchimento concomitante dos cupons verdes e amarelos relativos à mesma unidade imobiliária, devendo estes seguirem a regra de opção de pagamento, sendo devido ao pagamento à vista e amarelo ao pagamento parcelado. A cada nota fiscal do ISSQN no valor igual ou superior a 50% da Unidade Fiscal do Município (R\$ 59,76), solicitada no comércio local, dará direito a um cupom. As notas fiscais deverão ser apresentadas no Departamento de Tributação para serem trocadas por cupons. Os cupons deverão ser preenchidos com todos os dados pessoais do contribuinte nome completos, endereço (inclusive CEP), telefone CIGR e CPF/MF. A inscrição cadastrál ou número da nota fiscal serão condicionados no cupom. Os cupons deverão ser depositados na urna na sede da Prefeitura. Os prêmios serão entregues aos contemplados no prazo de 30 dias contados da data da publicação do resultado na sede da Prefeitura Municipal de Jaguariá. Fica vedada a participação da Prefeita Municipal, Vereadores e Secretários



Municipais e respectivos parentes até o 1º grau na presente campanha. Os participantes desde já autorizam a Prefeitura Municipal de Jaguaraiá a divulgar o uso de seus nomes, imagem som e vozes, até um ano após o encerramento da promoção, seja em mídia impressa eletrônica ou qualquer outro material publicitário sem ônus. A participação nesta promoção implicará na aceitação total e irrevogável de todas as cláusulas contidas neste regulamento, sendo que eventuais dúvidas serão dirimidas pela Secretaria de Negócios Jurídicos e posteriormente, submetidas à Secretaria Municipal de Finanças. Uma cópia do regulamento desta campanha permanecerá no Departamento de Tributação para consulta. Esta promoção é autorizada de acordo com que dispõe o artigo 20 do Decreto nº. 70.951, de 09 de agosto de 1972 que regulamenta a Lei Federal nº. 5.768 de 20 de dezembro de 1971. Será feita auditoria durante a realização do sorteio a fim de se atestar ausência de fraude ou qualquer ação ou omissão que maculem a referida campanha, ou infringência a qualquer dispositivo da legislação e normatização correspondentes. Fica eleito o Foro de Jaguaraiá, Estado do Paraná como o competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste regulamento.

Paço Municipal, 12 de maio de 2021.

ALCIONE LEMOS  
Prefeita



**SECRETARIA MUNICIPAL DE  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

**EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2021  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1145/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2021  
OBJETO: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE  
COMPETIÇÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO  
DEPARTAMENTO DE ESPORTES.**

**DATA DE ASSINATURA: 18/05/2021 | VIGÊNCIA: 48 MESES.**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 1.145/2021  
CONTRATADA: MARCO ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS ME.  
CNPJ: 02.476.734/0001-77 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 6.140,00**

**EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2021  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1147/2021  
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2021**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM  
SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE  
PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA IRREGULAR NAS RUAS: 03 BOCAS,  
ZELIA BRANCO CARNEIRO, FRANCISCO BELTRÃO, ROSA G.  
POMIM E PEDRO MICHALOSKI, TODAS PERTENCENTES AO  
BAIRRO BOA VISTA.**

**DATA DE ASSINATURA: 18/05/2021 | VIGÊNCIA: 12 MESES.**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 1.147/2021  
CONTRATADA: SCH SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - ME.  
CNPJ: 09.339.587/0001-32 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 737.000,00**

**EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2021**

**OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de gás (GLP)  
para atender diversas secretarias para o período de 2021.**

**DATA DE ASSINATURA: 18/05/2021 | VIGÊNCIA: 12 MESES.**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 1.148/2021  
CONTRATADA: COMÉRCIO GÁS DO LU LTDA.  
CNPJ: 35.190.504/0001-04 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 60.913,24**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 1.149/2021  
CONTRATADA: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.  
CNPJ: 61.602.199/0232-44 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 168.036,00**

**1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO  
ADMINISTRATIVO Nº 331/2019**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 331/2019,  
DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ/PR E A EMPRESA RADIOCHIR  
GRUPPE CLÍNICA MÉDICA, CIRÚRGICA E RADIOLOGIA LTDA.

O MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito  
público interno com sede à Praça Isabel Branco, 142 - Cidade Alta, inscrita no  
C.N.P.J/MF nº 76.910.900/0001-38, neste ato representado pela Sra. ALCIONE  
LEMONS, brasileira, solteira, professora, portadora da CIRC nº. 2.055.075-9  
SSP/PR e inscrita no CPF/MF nº. 487.819.839-72, residente e domiciliada na Rua  
Expedicionário, nº 406, Vila São Luís, Jaguaraiá/PR, Prefeita Municipal em  
pleno exercício de seu mandato e funções doravante denominada  
CONTRATANTE, e RADIOCHIR GRUPPE CLÍNICA MÉDICA, CIRÚRGICA E  
RADIOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no  
CNPJ/MF nº 08.686.175/0001-26, já devidamente qualificada nos termos do  
contrato principal, doravante designada CONTRATADA, resolvem, na forma da  
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, firmar o presente **Termo  
Aditivo**, com base no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 21 de  
junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA SUPRESSÃO**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de 10,56%  
(dez vírgula cinquenta e seis por cento) do valor inicial atualizado do  
contrato firmado entre as partes, referente aos serviços de  
responsabilidade técnica do raio x, a partir de 04/05/2021, com

fundamento no parágrafo segundo, inciso II do artigo 65 da Lei nº  
8.666/1993.

1.2. O valor mensal da contratação é no importe de R\$ 4.513,20 (quatro  
mil e quinhentos e treze reais e vinte centavos), perfazendo o valor  
total anual de R\$ 54.158,40 (cinquenta e quatro mil e cento e  
cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E  
CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

2.1. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do  
contrato superior, sobretudo no tocante às obrigações das partes.

**3. CLÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE E EFICÁCIA**

3.1 Este Termo Aditivo terá validade e eficácia na data da assinatura deste.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é  
lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado  
pelas partes e testemunhas abaixo.

Jaguaraiá/PR, 04 de maio de 2021.

MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ-PR  
CONTRATANTE

RADIOCHIR GRUPPE CLÍNICA MÉDICA  
CIRÚRGICA E RADIOLOGIA LTDA.  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS



**SAMAE**

**PORTARIA 019/2021**

Súmula: Ficam retomados os prazos de Processos Disciplinares, Sindicâncias e Processos  
Administrativos em geral.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de  
Jaguaraiá/PR, por intermédio de seu Presidente PEDRO LEOCÁDIO DELGADO no uso de  
suas atribuições que lhes são conferidas, estabelece para cumprimento por todos os  
servidores da autarquia que:

Considerando as medidas de enfrentamento da doença infectocontagiosa  
COVID-19, causada pelo "Novo Coronavírus" e a necessidade de reavaliação periódica das  
medidas adotadas no âmbito do Município de Jaguaraiá;

Considerando a diminuição dos casos de contágio pelo Novo Coronavírus e a  
retomada integral dos serviços prestados pela Administração Pública,

Considerando o Decreto Municipal nº. 320/2021 que retomou os prazos de  
Processos Disciplinares, Sindicâncias e Processos Administrativos em geral,

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Ficam retomados todos os prazos dos Processos Disciplinares e  
Sindicâncias, assim como, os demais prazos relativos a Procedimentos Administrativos em  
geral.

Parágrafo Único. Os prazos voltarão a fluir pelo período restante em cada  
procedimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se.

Jaguaraiá, 19 de maio de 2021.

PEDRO LEOCÁDIO DELGADO  
Presidente do SAMAE de Jaguaraiá/PR



**EXPEDIENTE**



Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaraiá

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de  
Jaguaraiá/PR - Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo  
Decreto 452/2016.

Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR  
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social  
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta  
Fone: (43) 3535-5638

E-mail: [comunicacao@jaguaraiá.pr.gov.br](mailto:comunicacao@jaguaraiá.pr.gov.br)